

Congresso tentará votar suplementação

Vence hoje o prazo concedido ao Congresso pelo Governo para votar o projeto de suplementação orçamentária, no valor de Cr\$ 2,5 trilhões, sob pena de baixar medida provisória para solucionar o problema. A previsão do deputado Amaral Netto (PDS-RJ), um dos aliados do Palácio do Planalto, é de que não haja quorum na sessão convocada com esta finalidade para hoje à noite. O novo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acredita que o projeto seja aprovado — e considera essa a sua primeira missão.

O PMDB e o PSDB já aceitaram votar a suplementação orçamentária por acordo de lideranças, mas o PDT e o PT insistem em condicionará-la à votação de dois vetos presidenciais: às leis de política salarial e de custeio e benefícios da previdência. Até a semana passada os líderes governistas não aceitavam a vinculação das três matérias, mas ontem o deputado Amaral Netto já admitia incluí-las na mesma Ordem do Dia.

“Sem o acordo intrepidário, não há como votar o orçamento esta semana, já que muitos deputados continuam acompanhando o desenlace das apurações nos estados”, previu o parlamentar, para ele, ou o

Governo edita mesmo medida provisória para suplementar o orçamento ou a máquina administrativa vai parar definitivamente.

PAUTA

Enquanto a pauta do congresso fica emperrada na questão do orçamento, o deputado Paes de Andrade, presidente da Câmara, convocou todas as lideranças partidárias da Casa para uma reunião amanhã pela manhã, destinada a selecionar as matérias prioritárias a serem votadas até o final do mês.

Por causa das eleições parlamentares, desde o final do primeiro semestre os trabalhos legislativos estão praticamente paralisados na Câmara. Já no Senado, como apenas 1/3 das cadeiras esteve em disputa no último dia 3, a pauta está desobstruída. Mesmo assim, o presidente Nelson Carneiro pretende igualmente reunir as lideranças amanhã.

Se o Governo baixar medida provisória para suplementar o orçamento, a Oposição recorrerá imediatamente ao Supremo Tribunal Federal. O recurso questionando a constitucionalidade da medida já está na mesa do deputado Euclides Scalco

(PR), líder do PSDB na Câmara.

Citando dispositivo da Constituição, o parlamentar paranaense lembrou que as matérias orçamentárias dependem de aprovação do Legislativo, sendo descabida a utilização de medida provisória. Scalco entende que não se configura neste momento qualquer das exceções constitucionais que dispensariam a audiência prévia do Congresso.

QUORUM

Apesar da disposição de questionar na Justiça a possível decretação de medida provisória sobre o orçamento, o líder do PSDB está disposto a orientar sua bancada no sentido de aprovar o projeto de suplementação, incluído na Ordem do Dia da sessão de hoje à noite. Junto com o PMDB, o seu partido desistiu de condicionar a aprovação da matéria à votação dos vetos às leis de política salarial e de segurança.

Embora o PDT e o PT insistam na vinculação dos três projetos, devendo tentar obstruir a sessão desta noite, Scalco acredita na possibilidade de obtenção de quorum. “É muito provável que consigamos número para votar a suplementação hoje mesmo”, acrescentou.